

A economia brasileira em rota de Real(idade): mudanças, definições e reformulações

*Carlos Nelson dos Reis**

As grandes transformações que nos últimos anos vêm ocorrendo no contexto internacional impõem que as economias situadas no estágio “em desenvolvimento” redefinam suas especificidades produtivas para assegurarem posições no contexto da globalização dos mercados. Entre o conjunto de economias nesse estágio, encontra-se a brasileira.

O objetivo deste texto é pontuar as características e os condicionantes da política econômica nacional que procuram consolidar as condições para uma sólida inserção internacional. Trata-se de uma busca muito difícil e, além do mais, repleta de tentativas e de restrições. Para que se tenha uma idéia desse movimento, basta atentar para a gestão de política econômica da última década: oito programas de estabilização econômica, 15 medidas de política salarial, 54 alterações do sistema de controle de preços, 18 mudanças de políticas cambiais, 21 propostas de renegociação da dívida externa, 11 índices inflacionários diferentes, cinco congelamentos de preços e salários, 18 determinações presidenciais para cortes drásticos nos gastos públicos (HENRIQUES apud VIEIRA, 1993), dentre outras tantas medidas.

* Doutor em Economia pela Unicamp, Professor Titular Permanente da PUC-RS, Coordenador do Departamento de Economia da FCPE e Professor Convidado do PPGA da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O autor agradece a leitura e as observações dos Professores André Contri, Sílvia H. Campos e Teresinha Bello, sendo que as impropriedades porventura remanescentes são de sua responsabilidade.

Para desenvolver a pontuação das principais características e dos condicionantes da política econômica, este artigo está dividido em três itens. No primeiro, coloca-se em perspectiva histórica as transformações da base produtiva brasileira e o crescimento econômico. No segundo, destacam-se comparativamente algumas das diferentes tentativas de estabilização econômica implantadas no decorrer dos anos 80. No terceiro, detém-se na análise do Plano Real, de suas chances de risco, das suas restrições e de seus desafios para compor as condições para um novo ciclo de crescimento. Por fim, no último item apresentam-se comentários conclusivos.

1 - Síntese da evolução histórica

Neste item não se tem o propósito de desenvolver uma análise aprofundada da história econômica brasileira, até porque a bibliografia disponível, além de ser extensa, preserva um debate que já tem o seu espaço devidamente sedimentado nos meios acadêmicos e de pesquisa em geral. No entanto tem-se como meta destacar alguns dos principais pontos da história econômica nacional, que permitam uma maior clareza na compreensão da conjuntura atual.

Seguidamente, depara-se, tanto nos diferentes segmentos da mídia quanto nos meios acadêmicos, com discussões e análises, às vezes bastante eloqüentes, a respeito das mazelas nacionais, dentre as quais: as desigualdades regionais, o atraso tecnológico, a dependência financeira interna e/ou externa, o propalado Custo Brasil, a dimensão e a ineficácia do setor produtivo estatal, a senda inflacionária, o déficit público, o federalismo, a crise econômica dos anos 80 e a crise social. Todas as posições têm, inequivocamente, seus argumentos e suas razões muito bem postados; entretanto, na maior parte das vezes, deixam a desejar nas suas conclusões.

O fato é que, na maioria das situações, essas observações são descoladas das origens históricas e, nesse sentido, ao considerarem apenas o presente, ainda que estejam teórica e empiricamente bem fundamentadas, acabam não levando a conclusões que contemplem a questão em toda a sua amplitude. Em muitas circunstâncias, essas críticas desconsideram, inclusive, a idade do capitalismo brasileiro e, ainda, o comparam com outras economias capitalistas em estágios muito mais avançados.

De sorte que essas posições, no cômputo geral, não contemplam a memória da evolução econômica do País e, assim sendo, esquecem que “A Primeira Revolução Industrial maturou plenamente entre 1820 e 1830, na Inglaterra, centro hegemônico do capitalismo de então” (CANO, 1993, p.15) e que, nesse período, o Brasil se restringia a ser uma colônia agrícola, com base no trabalho escravo, tendo em vista que o processo de industrialização no País só ocorreu um século mais tarde.

“Ainda que essas novas bases técnicas tenham sido relativamente simples, com tecnologia não muito complexa, baixa densidade de capital por trabalhador (...) esse implante industrial no Brasil se arrastou por mais de 50 anos, somente se iniciando entre as décadas de 1920 e 1930” (CANO, 1993, p.15).

Essa simples comparação já adianta a idéia de uma considerável diferença. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, tem-se a “(...) segunda grande onda transformadora (...) ainda na primeira metade do século XIX, maturando entre as décadas de 1870 e de 1890” (CANO, 1993, p.17). Enquanto isso, no Brasil vigorava o Período Imperial, que não significou muito mais do que uma extensão do período anterior. Os resultados da Segunda Revolução Industrial no contexto internacional são inequívocos, no entanto a inserção nacional novamente sofreu um novo e considerável atraso.

“(...) iniciamo-la entre 1933-1955 de forma restringida e incipiente e de forma mais decisiva nos períodos 1956-1962 e 1968-1980, quando concluímos a instalação dos setores produtores de bens de consumo duráveis, de bens intermediários e de capital.” (CANO, 1993, p.17).

É por esse ângulo que se aponta a fragilidade das comparações e das conclusões que não consideram a condicionante histórica. Por outro lado, na seqüência das transformações internacionais, o País vem administrando acontecimentos e operacionalizando as mudanças possíveis em sua base produtiva. No Quadro 1, apresenta-se uma síntese aproximada da evolução histórica brasileira, destacando-se marcos políticos, econômicos e sociais. Para efeitos deste texto, interessam mais de perto os marcos econômicos.

Quadro 1

Síntese aproximada da evolução da história política,
econômica e social do Brasil

PERÍODOS	BASE AGRÍCOLA	BASE INDUSTRIAL
1500-822	Colônia	-
1822-889	Império	-
1888	Fim do trabalho escravo	-
1889	República	-
1937-46	Estado Novo	Estado Novo
1955	-	Plano de Metas
1964	-	Ditadura Militar
1968-73	-	I PND
1974	-	II PND
1980	-	Crise
1990	-	Redefinição

Assim, independentemente da inconsistência das análises que vêm sendo feitas, conforme se tentou mostrar, o que ocorre é que o País, principalmente ao longo deste século, tem demonstrado notável vocação para o crescimento. A performance brasileira frente aos seus parceiros capitalistas é inexorável, como pode ser observado a partir dos dados constantes na Tabela 1. No período 1900-45, a taxa média de crescimento do País foi de 4,5%, chamando-se atenção para o fato de que esse desempenho foi resultante de uma base produtiva ainda fortemente assentada na agricultura. No período seguinte, 1946-80, quando se desenvolveu uma rápida reconversão na estrutura produtiva para alcançar um estágio industrial, a taxa média de crescimento da economia brasileira foi de 6,1%, perdendo apenas para o fenômeno Coréia do Sul, que cresceu 7,6%.

Tabela 1

Taxas médias de crescimento do PIB e PIB *per capita* para alguns países selecionados — 1900-89

(%)

PAÍSES	PIB		PIB <i>PER CAPITA</i>	
	1900-45	1946-89	1900-45	1946-89
Brasil	4,5	6,1	2,4	3,4
EUA	2,9	3,5	1,5	2,2
Grã-Bretanha ...	1,2	2,4	0,8	2,1
Alemanha	2,1	4,3	1,5	3,5
Japão	2,8	6,1	1,0	6,0
México	2,6	5,3	1,2	2,3
Argentina	3,9	2,6	1,2	1,0
Coréia do Sul ...	1,8	7,6	0,1	5,5

FONTE: Brasil: IBGE.

Demais países: Ministério do Planejamento. Secretaria de Assuntos Internacionais.

Provavelmente essa vocação para o crescimento venha inspirando e fortalecendo os recortes de análises anteriormente referidas, que se de-
têm apenas no presente. O fato é que essa transformação em tão curto
espaço de tempo tem um custo que, via de regra, não aparece nas aná-
lises, pois elas preconizam a solução do problema sem considerar que
ele é resultante de uma transformação anterior; ou seja, transformações
muito rápidas remeteram para o futuro um conjunto de situações pro-
blemáticas.

Essas transformações converteram-se em um processo de urbaniza-
ção acelerado (Tabela 2), em uma considerável mudança de base da es-
trutura produtiva (Quadro 1) nas últimas quatro décadas e em uma consi-
derável alteração nos padrões de consumo.

Tabela 2

Participação percentual das populações rural e urbana na PEA brasileira — 1950-90

ANOS	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	PEA
1950	40	60	100
1960	47	53	100
1970	56	44	100
1980	70	30	100
1990	75	25	100

FONTE: IBGE.

Esse período de crescimento econômico e de mudanças estruturais configurou-se, no transcorrer dos anos 80, em um conjunto de problemas, tais como: dívidas interna e externa, inflação crônica, esgotamento do padrão de financiamento, gigantismo do setor produtivo estatal, sistema tributário ineficaz, especulação financeira, crise econômica e crise social, dentre outros.

2 - A era dos choques econômicos

Após uma trajetória de crescimento econômico bem-sucedida, principalmente no transcorrer dos anos 70, a economia brasileira mergulhou, logo no início dos anos 80, em uma profunda crise econômica que se configurou em um conjunto de turbulências, conforme referido na introdução deste texto. Em realidade, as razões dessa crise estão em muito relacionadas com a forma de financiamento das profundas e rápidas transformações ocorridas na estrutura sócio-econômica brasileira, no período compreendido entre o Plano de Metas e o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Foi praticamente um consenso, durante os Governos João Figueiredo e José Sarney, a busca de soluções para os dois principais problemas da política econômica brasileira: negociação da dívida externa e combate à aceleração da inflação. A questão da dívida externa foi objeto de inúmeras tratativas junto aos organismos financeiros internacionais, e sua solução somente

se deu no final do Governo Itamar Franco, já na década de 90. Por outro lado, a inflação também seguiu esse mesmo movimento de tentativas.

“(…) a inflação constituiu problema crônico das últimas décadas, a ponto de se tornar tradição arraigada nos hábitos e costumes do país. A perda do poder aquisitivo da moeda, a dança dos preços e a frequência com que as moedas nasceram para morrer na próxima reforma monetária são experiências familiares a quase todos os brasileiros.” (OLIVEIRA, 1996, p.22).

De fato, a inflação incorporou-se ao cotidiano da sociedade brasileira. Os agentes econômicos aprenderam a conviver com essa situação de maneira a tirar vantagem dela. Oliveira (1996), ao analisar a inflação brasileira no decorrer deste século, mostra que

“(…) [em] nada menos que 46 anos a inflação atingiu 2 dígitos e que nas últimas 4 décadas nunca [registrou] menos de 2 dígitos, sendo que em 9 anos atingiu 3 dígitos e, em 3 anos, 4 dígitos!” (OLIVEIRA, 1996, p.2).

A partir das informações contidas na Tabela 3, é possível vislumbrar o comportamento da inflação no Brasil nos últimos 87 anos.

Tabela 3

Periodização da trajetória da inflação brasileira e seus respectivos dígitos — 1910-90

DÉCADAS	NÚMERO DE ANOS SEGUNDO OS DÍGITOS DE VARIAÇÃO DOS PREÇOS					
	Dois Dígitos (deflação)	Um Dígito (deflação)	Um Dígito (inflação)	Dois Dígitos (inflação)	Três Dígitos (inflação)	Quatro Dígitos (inflação)
10	1	-	7	2	-	-
20	3	2	1	4	-	-
30	2	1	7	-	-	-
40	-	-	2	8	-	-
50	-	-	2	8	-	-
60	-	-	-	10	-	-
70	-	-	-	10	-	-
80	-	-	-	2	7	1
90	-	-	-	2	3	2
TOTAL	6	3	19	46	10	3

FONTE: OLIVEIRA, Gesner (1996). **Brasil real**: desafios da pós-estabilização na virada do milênio. São Paulo: Mandarin.

Sem dúvida, principalmente nas últimas duas décadas, o problema inflação tem sido a prioridade número um na agenda dos diferentes gestores da política econômica que passaram pelo Ministério da Fazenda, pois, a partir de um determinado nível, as disfunções decorrentes do desequilíbrio dos preços se colocaram como restrições para o crescimento econômico. Assim sendo, todo o gerenciamento da política econômica, dos anos 80 em diante, somente foi possível por meio de uma administração de curto prazo. O resultado disso foi que o País perdeu sua capacidade de planejamento de médio e longo prazos.

Em meados dos anos 80, iniciou-se um período de combate à inflação por meio de choques econômicos. Na seqüência dessas tentativas, na maior parte das vezes, com base no diagnóstico de inflação inercial, o Ministro da Fazenda em exercício combinou instrumentos ora heterodoxos, ora ortodoxos e, até mesmo, em algum momento, a combinação de ambos. De uma maneira sintetizada esses choques tiveram a instrumentalização apresentada a seguir.

Plano Cruzado

Ministro da Fazenda: Dilson Funaro.

Data: fevereiro de 1986.

Inflação do mês: 14,9%.

Em fevereiro de 1986, inaugurou-se a era dos planos heterodoxos no País. O Plano Cruzado congelou os preços, os salários, o câmbio e cortou três algarismos do padrão monetário até então vigente. Com o passar do tempo, as mercadorias sumiram das prateleiras, o ágio generalizou-se, e a inflação voltou a subir. A implantação do Plano Cruzado II, em novembro de 1986, não garantiu a correção da rota.

Plano de Consistência Macroeconômica (Plano Bresser)

Ministro da Fazenda: Luiz Carlos Bresser Pereira.

Data: junho de 1987.

Inflação do mês: 25,8%.

Houve uma nova tentativa de congelamento de preços e salários, mas não ocorreu congelamento do dólar. Fixaram-se regras para a saída do congelamento, mas não se obtiveram bons resultados. A inflação retomou fôle-

go, e o Ministro Bresser saiu do Governo já com a convicção de que era preciso fazer um ataque ao déficit público.

Plano Verão

Ministro da Fazenda: Mailson da Nóbrega.

Data: janeiro de 1989.

Inflação do mês: 36,5%.

Esse ministro tomou posse defendendo a política do “arroz-com-feijão”, mas foi forçado a apelar para a heterodoxia. O Plano Verão congelou preços, salários, câmbio e cortou mais três algarismos do padrão monetário. Em pouco tempo, os preços dispararam, e só a articulação do Ministro Mailson com as lideranças empresariais evitou a hiperinflação.

Plano Collor

Ministra da Fazenda: Zélia Cardoso de Mello.

Data: março de 1990.

Inflação do mês: 71,6%.

Esse plano promoveu uma revolução na economia, com o bloqueio das aplicações financeiras. Recriou o cruzeiro, congelou preços e salários por um prazo curto e impôs pesados tributos sobre os ativos financeiros. A forte pressão não impediu a volta da inflação. A equipe ensaiou uma reação com o Plano Collor II, porém acabou deixando o Governo sem resolver o problema da inflação.

Arrocho Monetário

Ministro: Marcílio Marques Moreira.

Data: setembro de 1992.

Inflação do mês: 27,3%.

Esse ministro entrou e saiu do Governo cumprindo o que prometeu: não recorreu a nenhum tipo de choque ou pacote econômico. Apoiou-se na política de juros elevados para inibir o consumo e, dessa forma, conter a inflação. As taxas permaneceram relativamente estáveis, mas a economia mergulhou em uma recessão.

Programa de Estabilização Econômica (Plano Real)

Ministro da Fazenda: Fernando Henrique Cardoso.

Data: dezembro de 1993.

Inflação do mês: 36,0%.

Fernando Henrique Cardoso concentrou todas as baterias num programa amplo de ajuste fiscal que levou nove meses para ficar pronto. Só depois de encaminhar essas medidas ao Congresso, anunciou as bases da estabilização: introdução da Unidade Real de Valor (URV) como unidade de conta, que serviu como um mecanismo de transição da superinflação para um regime de estabilidade e iniciou o processo de reconstrução do sistema monetário; e implantação de uma reforma monetária com a transformação da URV em real, que assumiu o papel integral de moeda da economia. É importante destacar que esse programa, diferentemente dos seus antecessores, tratou a questão da inflação como um problema a ser resolvido no médio prazo e não no curto prazo, razão pela qual não se comportou como um choque econômico. A Tabela 4 contém informações que mostram como o mercado se portou a partir da implantação dos instrumentos de combate ao processo inflacionário.

Tabela 4

Taxas de inflação após os choques econômicos no Brasil — 1986-1994

MESES	PLANO CRUZADO (mar./86)	PLANO BRESSER (jun./87)	PLANO VERÃO (jan./89)	PLANO COLLOR (mar./90)	PLANO COLLOR II (jan./91)	PLANO REAL (jul./94)
1º	-0,5	9,3	11,8	11,3	19,9	3,34
2º	0,3	4,5	4,2	9,1	21,1	1,55
3º	0,5	8,1	5,2	9,1	7,2	2,55
4º	0,6	11,2	12,8	13,1	8,7	2,47
5º	1,3	14,5	26,8	12,9	6,5	0,57
6º	1,1	15,9	37,9	11,7	9,9	1,36
7º	1,4	19,1	36,5	14,2	12,8	1,15
8º	2,5	17,6	38,9	17,4	15,5	1,81
9º	7,6	18,2	39,7	16,5	16,2	2,30
10º	12,1	20,3	44,3	19,9	25,8	0,40
11º	13,9	19,5	49,4	-	22,1	2,62
12º	15,2	20,8	71,9	-	26,8	2,24

FONTE: SIMONSEN, Mário Henrique (1995). 30 anos de indexação. Rio de Janeiro: FGV. p.112.

NOTA: Variações percentuais do IGP-DI apurado pela FGV.

Por essas informações, fica claro que, três meses após os choques, a variação dos preços retornava à sua trajetória ascendente, situação que somente foi interrompida com o Programa de Estabilização, mais precisamente com a introdução do real. O item seguinte tratará dessas questões.

3 - O Plano Real e a realidade

Após aproximadamente três anos de implantação desse programa e com os níveis de variações de preços em sentido descendente, conforme mostram os dados contidos na Tabela 5, é possível afirmar que o País está recuperando sua capacidade de operacionalizar uma política econômica de longo prazo. Ou seja, ao se estabelecerem as condições para o gerenciamento de uma política econômica ativa, que tem seu início a partir da recuperação do padrão monetário nacional, é que começam a surgir as condições de pensar no longo prazo.

Tabela 5

Evolução das taxas de inflação no Brasil — jun./96-maio/97

PERÍODOS	INPC- -IBGE	IPC- -FIPE	ICV- -DIEESE	IPCA- -IBGE	IGP-M- -FGV	IGP-DI- -FGV	IPC- -IEPE
(%)							
1996							
Jun.	1,33	1,41	0,91	1,19	1,02	1,22	1,03
Jul.	1,20	1,31	2,34	1,11	1,35	1,09	0,88
Ago.	0,50	0,34	0,26	0,44	0,28	0,04	0,90
Set.	0,02	0,07	0,10	0,15	0,10	0,13	0,17
Out.	0,38	0,58	0,32	0,30	0,19	0,22	0,82
Nov.	0,34	0,34	0,32	0,32	0,20	0,28	0,63
Dez.	0,33	0,17	0,38	0,47	0,73	0,88	0,61
1997							
Jan.	0,81	1,23	2,12	1,18	1,77	1,58	0,33
Fev.	0,45	0,01	0,46	0,50	0,43	0,42	0,46
Mar.	0,68	0,21	0,50	0,51	1,15	1,16	1,29
Abr.	0,60	0,64	1,08	0,88	0,68	0,59	1,36
Maio	0,11	0,55	-0,01	0,41	0,68	0,30	0,32
Acumulado no ano	2,67	2,67	4,21	3,52	4,30	4,11	3,81
Acumulado em 12 meses	6,95	7,07	8,54	7,71	8,39	8,14	9,16

FONTE: SUMA ECONÔMICA (1997). São Paulo: TAMA, n.223, maio.

No entanto isso não significa que o problema esteja total e definitivamente resolvido. O Plano Real tem encontrado uma série de restrições em sua trajetória, e, nesse sentido, a gestão de política econômica tem se desdobrado na busca de habilidades para administrar essas restrições. Aqui, uma vez mais, se chama atenção para a necessidade de se considerar a componente histórica.

“Trata-se, ademais, de um país onde há uma grande expectativa de crescimento acelerado, ainda que à custa de inflação. E onde a amarga experiência da hiper foi relativamente curta para gerar o mesmo grau de aversão à inflação que existe, por exemplo, na Alemanha, ou em outros países latino-americanos, como a Argentina.” (OLIVEIRA, 1996, p.28).

Para contrapor-se a essa cultura entranhada no mercado nacional, bem como às restrições econômicas impostas, de certa forma, pelo próprio Programa, está em curso no Brasil, desde o início do atual Governo, um conjunto de metas que seqüencialmente sinalizam uma idéia aproximada de um projeto nacional, quais sejam:

- estabilização dos preços;
- desregulamentação;
- modernização;
- crescimento com inserção internacional.

A estabilização dos preços vem sendo alcançada por meio do Plano Real, conforme mostram os dados da Tabela 5, e, concomitantemente, vem sendo apoiada pela incorporação de alternativas de crescimento via mercado e pela implantação de investimentos e avanços tecnológicos setorializados.

A desregulamentação trata da desmontagem do setor produtivo estatal, passando por uma redefinição do papel do setor público. Até o presente, esse papel teria como atributo a geração de políticas macroeconômicas, a produção de bens sociais e a provisão de políticas sociais compensatórias.

A modernização significa a redefinição da estrutura produtiva nacional nos parâmetros estabelecidos pelo conjunto de novas tecnologias existentes no contexto internacional. E, por fim, o crescimento com inserção internacional seria a conquista de um espaço nacional no contexto da globalização dos mercados de maneira integrativa e não apenas participativa.

A operacionalização dessas metas encontra suas restrições. Primeiro, na própria estabilização dos preços, que, dada a conjugação de política econômica, de câmbio apreciado e com juros elevados, acaba trazendo algumas distorções, que, de uma forma ou de outra, precisam ser administradas.

A sobrevalorização do câmbio estabelece posições divergentes nas relações comerciais: de um lado, os exportadores querendo uma atualização e, para tal, argumentando com a perda de espaço no mercado externo; de outro, os importadores e o próprio Governo desejando a manutenção do atual gerenciamento, com o argumento de que, além de estar financiando a diminuição e a estabilidade dos preços internos, essa forma estaria contribuindo para adiantar alguns passos na modernização da estrutura produtiva. No referente aos juros, conforme dados da Tabela 6, quando comparados com a taxa de inflação mensal (Tabela 5), os mesmos estão em níveis muito elevados.

Tabela 6

Taxas médias dos juros dos empréstimos bancários
ao mês, no Brasil — 1997

a) custo do dinheiro para pessoas físicas

TIPOS	MÍNIMO	MÁXIMO
Crédito direto	4,0	6,0
Crédito pessoal	4,0	10,0
Cheque especial	6,9	10,0
Cartão de loja	6,9	13,5

(%)

b) custo do dinheiro para pessoas jurídicas

TIPOS	MÍNIMO	MÁXIMO
<i>Hot-money</i> (um dia)	0,09	0,15
Capital de giro	2,97	5,90
Desconto de duplicatas	2,97	5,15

(%)

FONTE: Banco Central do Brasil.

NOTA: Médias referentes ao primeiro semestre de 1997.

A origem desse patamar de juros elevados está no descontrole das contas públicas. A forma como o setor público vem financiando o seu endividamento tem provocado aumento dos juros internos e impedido a sua diminuição. As informações contidas na Tabela 7 mostram, inclusive, uma reversão na forma desse financiamento, em percentuais do PIB. No início dos anos 90, uma grande parcela da dívida era financiada no mercado externo, e, agora, em 1997, a maior parte é financiada no mercado interno, estando também sob a responsabilidade dos Governos Federal e estaduais.

Tabela 7

Dívida líquida do setor público no Brasil — 1991/97

ESPECIFICAÇÃO	(% do PIB)						
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Dívida total	39,9	38,2	32,8	28,5	29,9	34,4	34,5
Governo Federal e Banco Central	13,4	12,5	9,6	12,3	13,0	16,4	16,5
Governos estaduais e municipais	7,5	9,5	9,3	9,5	10,4	11,9	12,0
Empresas estatais ...	19,0	16,2	13,9	6,7	6,5	6,1	6,0
Dívida interna	14,6	18,9	18,5	20,3	24,5	30,4	30,2
Governo Federal e Banco Central	2,3	0,8	1,8	6,2	9,6	14,8	14,7
Governos estaduais e municipais	6,4	8,4	8,3	9,2	10,1	11,6	11,6
Empresas estatais ...	10,5	9,7	8,4	4,9	4,8	4,0	3,9
Dívida externa	25,3	19,2	14,4	8,2	5,4	4,0	4,1
Governo Federal e Banco Central	15,6	11,6	7,8	6,0	3,4	1,6	1,7
Governos estaduais e municipais	1,2	1,1	1,0	0,3	0,3	0,4	0,4
Empresas estatais ...	8,5	6,5	5,6	1,9	1,7	2,0	2,0

FONTE: Alguns elementos para avaliação do endividamento público (1997).
Macrométrica, Rio de Janeiro: Macrométrica Pesquisas Econômicas, n.140, p.85-93.

O segundo foco de restrições para o alcance das metas anteriormente referidas está na lentidão das propaladas e não menos necessárias Reformas Constitucionais. Essa demora vem prejudicando não só o conjunto das metas, mas, principalmente, a consolidação do projeto de estabilização proposto pelo Plano Real.

“Em seu conjunto as reformas têm importância para o aumento da taxa de investimento, o ajuste fiscal e a competitividade da economia. No tocante à taxa de investimento, as reformas de ordem econômica são importantes ao permitirem que o setor privado participe do esforço de inversões em áreas-chave como energia e telecomunicações. (...) Por fim, uma estrutura mais racional de impostos que se almeja obter com a reforma fiscal deve desonerar a produção e o investimento.” (OLIVEIRA, 1996, p.97).

Sem dúvida, a compatibilização das reformas com a estabilização tem mostrado, de uma forma muito clara, o nível de interesse pessoal, político e econômico dos diferentes segmentos envolvidos nesse processo. As informações constantes no Quadro 2 permitem que se tenha uma noção do andamento do cronograma dessas reformas. É importante resgatar que elas estavam expressas na Constituição de 1988, que determinava sua regulamentação para 1993.

Conforme se visualiza no Quadro 2, as Reformas Tributária, Administrativa e do Sistema Previdenciário, que serviriam como a solda definitiva para a estabilização, haja vista que resolveriam o problema de caixa do Governo, continuam na Comissão de Constituição e Justiça e, com isso, retardam as mudanças, restringindo, conseqüentemente, a estabilização.

Quadro 2

Cronograma das Reformas Constitucionais

ASSUNTOS	SITUAÇÃO	PROMULGAÇÃO
<p>Gás canalizado Flexibiliza o monopólio estatal, permitindo a participação de empresas privadas nos serviços de distribuição.</p>	OK	Emenda Constitucional n. 5 de ago./95
<p>Definição de empresa brasileira Empresa brasileira passa a ser aquela instalada no País, independentemente da origem do capital.</p>	OK	Emenda Constitucional n. 6 de ago./95
<p>Flexibilização do monopólio do petróleo A União poderá contratar, com empresas privadas, a realização de atividades de pesquisa e lavra do petróleo e do gás natural.</p>	OK	Emenda Constitucional n. 9 de nov./95
<p>Navegação interior e de cabotagem Fim da reserva de mercado para empresas nacionais.</p>	OK	Emenda Constitucional n. 7 de ago./95
<p>Flexibilização do monopólio das telecomunicações A União poderá, mediante concessão, contratar empresas privadas para explorar serviços telefônicos, telegráficos e de comunicações.</p>	OK	Emenda Constitucional n. 8 de ago./95
<p>Sistema previdenciário Propõe o fim da aposentadoria integral dos servidores públicos e da aposentadoria por tempo de serviço, etc.</p>	sem previsão	sem previsão
<p>Reforma Tributária Funde o IPI com o ICM, altera o IR-pessoa jurídica, transfere o ITR para os estados, etc.</p>	sem previsão	sem previsão
<p>Reforma Administrativa Extingue a estabilidade dos funcionários públicos, disciplina os salários dos poderes Legislativo e Judiciário, proíbe greve em serviços essenciais, finda o regime jurídico único etc.</p>	sem previsão	sem previsão

FONTE: Banco do Brasil/Subsecretaria de Assuntos Parlamentares.

Conclusão

A forma como foi desenvolvido este artigo já o torna conclusivo. Assim, fazem-se duas considerações finais e deixam-se algumas interrogações que provavelmente já estejam nas reflexões de muitos estudiosos e da população em geral. Primeiro, o País, ao longo deste século, teve profundas mudanças nos diferentes segmentos de sua estrutura produtiva. De uma base agrícola, que marcou 450 anos de sua história econômica, transformou-se, em aproximadamente 40 anos, na oitava economia industrial do Mundo. Para isso, uma série de definições foram estabelecidas e implementadas. Esse conjunto de mudanças e definições, trouxe a princípio, a transformação e o crescimento, mas, a seguir, enveredou para uma fenomenal crise econômica e social, com grandes repercussões políticas.

A segunda consideração diz respeito à estabilização. Após uma série de tentativas mal-sucedidas, que mais ensinaram o mercado a se proteger contra choques econômicos do que a se conscientizar dos males da inflação, chegou-se ao Plano Real, e, a partir daí, o País recuperou a capacidade de gerenciamento da política econômica ativa e a de administrar a médio e a longo prazos. Alerta-se para o fato de que não se trata de uma situação absolutamente definitiva, existem restrições muito fortes, situadas tanto no contexto externo como no interno, mas, apesar de tudo, o País vem encontrando um rumo.

Essas duas observações permitem concluir-se que, se, do ponto de vista do crescimento econômico e das transformações da estrutura produtiva do País e, posteriormente, do da estabilização dos preços imposta pelo Plano Real, as expectativas da sociedade vêm sendo atendidas, no entanto, por outro lado, alguns questionamentos sinalizam uma grande insatisfação.

Esses questionamentos têm o seguinte teor: está muito claro na historiografia brasileira que, no período de 1940 a 1980, todas as grandes transformações foram promovidas e financiadas pelo setor público, e foi dessa forma que o País recuperou 150 anos de atraso industrial, em que pese ao custo de uma significativa taxa de exclusão social. Teria o setor público nacional, no presente momento, completado seu ciclo de intervenção na economia? Dada a fragilidade da estrutura produtiva nacional, em razão da crise e da estabilização, a velocidade com que está se operacionalizando a desmontagem das instituições componentes do setor público é a ideal?

Por fim, no que se refere à não menos propalada crise social brasileira, fica a seguinte interrogação: se no período anterior, com toda uma vigorosa estrutura de gasto e instituições, não se conseguiu debelar o crescimento vertiginoso da pobreza, como é que agora, implodindo essa estrutura, se espera diminuir essas desigualdades? Será que a solidariedade em uma sociedade como a brasileira conseguirá ser mais eficiente no combate às desigualdades sociais que o próprio Estado? O Plano Real é uma realidade do ponto de vista da estabilização dos preços, mas qual é a realidade da sociedade brasileira frente à implementação das metas projetadas pelo atual Governo?

Bibliografia

- FRANCO, Gustavo H. B. (1995). **O Plano Real e outros ensaios**. Rio de Janeiro : Francisco Alves.
- OLIVEIRA, Gesner (1996). **Brasil real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio**. São Paulo : Mandarim.
- REIS, Carlos Nelson dos (1990). Os três pecados capitais do Plano Collor. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre : FEE, v. 18, n.2, p. 73-79, ago.
- REIS, Carlos Nelson dos, MARQUES, Luís Fernando Bicca (1990). Plano Collor um conjunto de equívocos. **Análise**, Porto Alegre : EDIPUCRS, v.1, n.4, p.299-311.
- REIS, Carlos Nelson dos (1997). **A relação estado-sociedade: o desmonte das instituições sociais e a exclusão social**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2., São Paulo. **Anais...** São Paulo : PUC.
- SIMONSEN, Mário Henrique (1995). **30 anos de indexação**. Rio de Janeiro : FGV.
- VIEIRA, José Ribas, org. (1993). **Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará.